

los Ministérios para 1926-1927, como refôrço à verba de 11:642.040\$, para «Rações de forragens».

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 1 de Abril de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Adriano da Costa Macedo* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *João José Sinel de Cordes* — *Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa* — *Jaime Afreixo* — *António Maria de Bettencourt Rodrigues* — *Júlio César de Carvalho Teixeira* — *João Belo* — *José Alfredo Mendes de Magalhães* — *Felisberto Alves Pedrosa*.

Decreto n.º 13:382

Sendo necessário adquirir cobertores, lençóis e leitos para praças de pré do efectivo do exército e sendo insufficiente a disponibilidade existente na verba do artigo 46.º do capítulo 2.º do orçamento do Ministério da Guerra para 1926-1927, consignada a despesas desta natureza;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, e tendo ouvido o Conselho de Ministros:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Guerra, um crédito especial da quantia de 801.126\$, que será escriturado no orçamento do segundo daquolos Ministérios para 1926-1927, no capítulo 2.º, artigo 46.º, como refôrço à verba de 900.000\$, destinada a «Aquisição e renovação de roupas para camas e outros serviços dos quartéis e estabelecimentos militares, respectivos transportes e outras despesas, excepto hospitalares».

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 1 de Abril de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Adriano da Costa Macedo* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *João José Sinel de Cordes* — *Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa* — *Jaime Afreixo* — *António Maria de Bettencourt Rodrigues* — *Júlio César de Carvalho Teixeira* — *João Belo* — *José Alfredo Mendes de Magalhães* — *Felisberto Alves Pedrosa*.

Decreto n.º 13:383

Convindo ampliar as diferentes formas de auxilio prestado pela Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos aos seus socorridos;

Atendendo à conveniência de evitar, quanto possível, a difusão da tuberculose no exército;

Considerando ser útil que os militares tuberculosos, quando não haja vagas nos sanatórios nacionais, possam ser tratados em climas apropriados no País;

Considerando ainda que o Estado, tendo em vista as condições financeiras de cada doente, deverá auxiliá-los nos meios de poder usar essa forma de tratamento;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de

1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Todos os oficiais e praças a quem pelas juntas hospitalares de inspecção, com votação unânime de todos os seus membros, forem arbitradas licenças para se tratarem em sanatórios ou climas de altitude extra-sanatorial, por tuberculose, serão imediatamente internados, se houver vaga.

§ 1.º No caso de não haver vaga nos sanatórios nacionais, os militares de que trata este artigo poderão ser mandados para a região de clima sanatorial mais apropriada do País.

§ 2.º É fixado em vinte por ano o número de militares que simultaneamente poderão beneficiar do disposto no parágrafo anterior.

§ 3.º As juntas para este efeito deverão sempre indicar no mapa, modelo 49, o lugar preferível para residência e tratamento do doente, partindo sempre da hipótese da falta de vagas nos sanatórios.

Art. 2.º Os militares sanatorizados terão direito:

a) A todos os seus vencimentos como se estivessem ao serviço;

b) As viagens de ida para o sanatório e regresso;

c) Ao pagamento de todas as despesas com o seu tratamento, segundo a sua classe e condição de admissão.

§ único. Os militares em tratamento em clima extra-sanatorial beneficiarão do disposto nas alíneas a) e b) deste artigo e terão como subsídio para alimentação e tratamento uma quantia não superior a 1.000\$ mensais, e de acôrdo com as circunstâncias e categoria do doente.

Art. 3.º Os militares nas condições do artigo anterior e seu § único não podem permanecer naquelas situações além de seis meses, salvo opinião, expressa por cada um, por uma junta especial para esse fim nomeada, e da qual será presidente nato o official superior vogal do Conselho Técnico da Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos e vogais dois médicos, quanto possível especializados em tisiologia, nomeados por cada junta pelo Ministério da Guerra.

§ único. É extensiva a todos os ex-militares pensionistas e auxiliados da Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos a doutrina do artigo 2.º e seu § único, e de acôrdo com as suas actuais situações militares, e neste caso ser-lhes há concedida a reforma a que tiverem direito.

Art. 4.º Todos os militares portadores de tuberculose, seja qual for a sua graduação, que tenham obtido licença para se tratarem, não voltarão ao serviço sem que uma nova junta hospitalar de inspecção se pronuncie unanimemente sobre a sua cura e justifique em relatório esse seu parecer.

Art. 5.º Nenhum militar tuberculoso poderá estar em situação de licença da junta, por períodos prorrogáveis de três meses, mais de dois anos, depois do que será julgado pronto para todo o serviço ou incapaz de todo o serviço.

§ único. Todo o militar nestas condições julgado pronto terá direito a uma licença de seis meses, com todos os seus vencimentos, que lhe será passada imediatamente pela autoridade a que estiver subordinado, finda a qual se apresentará na unidade e ao médico respectivo, que elaborará em seguida o seu relatório sanitário e o enviará, por intermédio do comando, ao presidente da Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos, para formular um parecer que será submetido à apreciação do Ministro da Guerra.

Art. 6.º Para ocorrer às despesas provenientes do disposto no § 1.º do artigo 1.º e § único do artigo 2.º deste decreto, é desde já aberto no Ministério das Finanças e a favor do Ministério da Guerra um crédito espe-

cial de 80.000\$, que irá reforçar a verba de 50.000\$ inscrita no capítulo 2.º, artigo 30.º, do actual orçamento do Ministério da Guerra, sob a epígrafe: «Para fazer face às despesas com a assistência aos militares tuberculosos».

Art. 7.º No orçamento para o ano económico de 1927-1928 será inscrita, para o mesmo fim, a verba de 290.000\$.

Art. 8.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 1 de Abril de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano da Costa Macedo*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Jaime Afreixo*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Júlio César de Carvalho Teixeira*—*João Belo*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

Decreto n.º 13:385

Considerando que se encontram péssimamente instalados os serviços dependentes da Administração Geral dos Correios e Telégrafos em Vila Nova de Famalicão;

Considerando que se torna absolutamente necessário, indispensável mesmo, instalar os referidos serviços numa casa apropriada e em que se possa estabelecer a estação central da futura rede telefónica local;

Considerando que está à venda na vila referida uma casa pertencente ao Banco Nacional Ultramarino, avaliada em 140.000\$;

Considerando que a Administração Geral dos Correios e Telégrafos não pode de momento, por falta de cabimento, dispor da importância de 140.000\$ para a aquisição de que se trata, podendo porém destinar a essa aquisição no actual ano económico a quantia de 60.000\$;

Considerando, finalmente, que a Associação Comercial e Industrial da mesma vila se prontificou espontaneamente a adiantar à Administração Geral dos Correios e Telégrafos, até o próximo futuro ano económico, a quantia de 80.000\$, a fim de se poder adquirir a casa em referência:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Administração Geral dos Correios e Telégrafos a aceitar a título de adiantamento, mas sem quaisquer encargos, a quantia de 80.000\$, oferecida pela Associação Comorcial e Industrial de Vila Nova de Famalicão, para a compra de um edificio pertencente ao Banco Nacional Ultramarino, a fim de no mesmo se instalarem os serviços postais, telegráficos e telefónicos daquela vila.

Art. 2.º É a mesma Administração Geral autorizada a inscrever no orçamento referente ao ano económico de 1927-1928 a quantia de 80.000\$ para a liquidação, por uma só vez, do adiantamento a que se refere o artigo 1.º

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 30 de Março de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano da Costa Macedo*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Jaime Afreixo*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Júlio César de Carvalho Teixeira*—*João Belo*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Secretaria Geral do Ministério e dos Serviços de Obras Públicas

Decreto n.º 13:384

Considerando que em Espanha, França e Inglaterra se determinou que a hora legal fôsse alterada na noite de 9 para 10 de Abril próximo;

Considerando que a ausência de igual providência ocasionaria graves dificuldades para as ligações ferroviárias internacionais, com as consequentes repercussões nos horários dos serviços internos;

Considerando que análogos inconvenientes se dariam para os serviços postais e telegráficos;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 25 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A hora legal será adiantada de sessenta minutos desde 9 de Abril até Outubro.

§ único. Para os efeitos deste artigo todos os relógios do continente da República deverão ser adiantados de sessenta minutos às vinte e três horas do dia 9 de Abril e atrasados em Outubro.

Art. 2.º Pela hora legal serão regulados todos os serviços públicos e particulares.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 1 de Abril de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano da Costa Macedo*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Jaime Afreixo*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Júlio César de Carvalho Teixeira*—*João Belo*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Superior

Decreto n.º 13:386

Considerando que a missão primacial das Faculdades de Medicina consiste em criar bons práticos para acudir às necessidades clínicas do País;